

Karl-Otto Apel: As razões da argumentação

Catedrático de Filosofia da Universidade de Frankfurt, o alemão Karl-Otto Apel, nascido em 1922, amigo e interlocutor crítico de Jürgen Habermas, veio ao Brasil falar, entre outros temas, sobre a importância da ação argumentativa e da reflexão num mundo cada vez mais impregnado pela técnica. Em Porto Alegre, a convite do Mestrado em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pronunciou duas conferências, nos dias 30 e 31 de agosto de 1996. Autor de obras importantes como *A transformação da filosofia* e *Pragmática Linguística*, Karl-Otto Apel concedeu, com tradução de Peter Naumann, a entrevista que segue sobre as razões da argumentação.

(QUE É FILOSOFIA

Colóquio organizado pelo curso de pós-graduação em Filosofia da PUCRS. Participação de Luís Alberto De Boni, Jayme Paviani, Carlos Roberto Cirne Lima, Ernildo Stein e Karl-Otto Apel.)

O QUE É a filosofia?

Karl-Otto Apel - Seria preciso uma tirada de espírito para dar a definição em poucas palavras. Mas não estou em boas condições para isso. Heidegger deu um resposta breve: filosofia é pensar. Os outros não pensam. Por exemplo, a ciência não pensa. Há uma certa verdade nessa afirmação. Thomas Kuhn chama isso de ciência normal. A ciência extraordinária pensa. Quando uma revolução científica ocorre, manifesta-se essa ciência extraordinária. A filosofia distingue-se das ciências individuais por querer dar as últimas razões da ciência considerada *tout court*. A filosofia debruça-se sobre aqueles problemas que as ciências normalmente não chegam a tematizar. A filosofia não atinge resultados definitivos, mas a ciência, sob certos aspectos empíricos, também não. Porém, a filosofia não pode satisfazer-se com os pressupostos metodológicos das ciências. Ela precisa sempre pergunta-se pelo sentido e pela finalidade da vida humana e pelos contextos morais da ciência. John Dewey disse certa vez que um prefeito nunca precisa passar pela situação constrangedora de responder sobre os primeiros e últimos objetivos, pois lida com problemas concretos, uma mediação entre meios e fins. A filosofia, nesse sentido, não é pragmática.

Nesta época de perplexidade, a filosofia pode aspirar à validade universal de suas conclusões ou ela é no fundo apenas interpretação e produção de textos?

Apel - Sem dúvida, a filosofia é mais do que interpretação de textos. Eu não poderia levar a sério uma filosofia que não pretendesse responder à pergunta pela verdade. Já observei isso na Itália, onde a filosofia muitas vezes nada mais é do que exegese de textos.

Juremir Machado da Silva

Doutor em Sociologia pela Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne
Professor do Pós-graduação em Comunicação - PUCRS

Recuso essa concepção. A filosofia deve necessariamente aspirar à validade universal dos seus enunciados, pois do contrário deixaria de ser filosofia, o que vale sobretudo para áreas como a ética. Isso não quer dizer que a filosofia esteja impedida de fazer enunciados diferenciados a partir de posturas individuais. Um bom exemplo é o que se vê no pensamento do segundo Wittgenstein, quando este tenta evitar teorias universais. Nada saberíamos desse Wittgenstein tardio, disposto a filosofar em cima de casos concretos, se ele não tivesse formulado antes alguns enunciados com pretensão à universalidade, entre os quais os jogos de linguagem como parte de uma forma de vida, ou a afirmação de que a filosofia deveria curar-se da doença dos enunciados destituídos de sentido, ou, ainda, a imagem conhecida de que a filosofia deve mostrar como a mosca escapa da armadilha.

A filosofia pode encontrar-se com a pluralidade do "mundo da vida" e produzir sentidos que preencham o vazio do "ser-ai-para-a-morte"?

Apel - A filosofia não pode dar uma resposta única à pluralidade das tradições culturais. E não está apta a formular a resposta sobre o sentido da vida. Em contrapartida, pode dar respostas com pretensão à universalidade sobre questões como a da justiça. Ou de que modo constituir a justiça apesar das diferenças culturais. Com isso, especifica condições restritivas à multiplicidade de visões de mundo. A filosofia da existência não pode apresentar projeções de conteúdo para a vida dos indivíduos, mas opera no que se refere às respostas de caráter formal. Romancistas e dramaturgos é que podem entrar no terreno do conteúdo. Os filósofos oferecem indicações formais sobre a existência individual, casos de Kierkegaard e de Jaspers.

O senhor é amigo e interlocutor de Habermas, empenhado numa teoria da ação comunicativa. Que lugar pode ocupar

a busca do consenso em sociedades de diferença radical?

Apel - Habermas e eu defendemos uma teoria da verdade obtida pelo consenso. Partimos da idéia regulativa de que o consenso é concebido em termos ideais e que nunca pode ser plenamente atingido. Isso não contradiz a busca na vida real de consensos de fato, que são precários, provisórios e criticáveis. Concordo que é problemático sustentar a teoria do consenso diante da diversidade de opiniões. Não temos outra solução. Resta argumentar. Jean-François Lyotard, em *A condição pós-moderna*, opta pelo dissenso como estratégia a ser seguida. É absurdo, uma contradição performativa. Quem recomenda o dissenso, argumenta; quem argumenta, busca o consenso em relação à argumentação em causa.

Nietzsche não queria que a filosofia fosse vista como uma sucessão inútil de teorias contraditórias entre si. Numa época de polisssemia, a pretensão à universalidade não se converte em tentativa de imposição de idéias sem garantia de validade?

Apel - A filosofia tem que dar as razões da polisssemia e das diferenças entre os vários paradigmas. Trata-se de um desafio para a fundamentação filosófica no sentido do desvelamento do que está atrás do polissêmico e dos múltiplos jogos de linguagem. Procuramos dar razões para as diferenças entre as várias respostas aos grandes problemas do mundo. Na encruzilhada dessas diferenças vão se manifestar, mais cedo ou mais tarde, estruturas com validade universal. O esforço consiste em não atropelar os atores e as suas diferenças, mas em tomá-los em consideração. Cabe iluminar as distinções, evitando que sejam reprimidas ou escamoteadas. Michel Foucault, pouco antes de sua morte, disse que seria um erro tentar impingir normas morais universais a todas as pessoas. Ao contrário, deveríamos respeitar o

souci de soi. Em seguida, numa conferência, como intelectual decente que foi, Foucault defendeu os direitos humanos. Ora, os direitos humanos são normas universais.

A filosofia como discurso capaz de auto-fundamentar-se é uma ciência ou uma narrativa literária da razão?

Apel - A tentativa de autofundamentação é uma das tarefas mais nobres da filosofia e não pode resumir-se a uma narrativa literária. Deve ser filosofia pedantíssima. A filosofia transcendental não pode fugir à dureza de suas metas, assumindo que não tem o fascínio da literatura. Não quero convencer a todos que escolham como profissão a filosofia transcendental, pois ela implica a aspereza.

Seria lícito resumir a filosofia, na atualidade, a uma semiótica ambiciosa?

Apel - De certa forma, pode-se afirmar que a filosofia é uma semiótica ambiciosa. Vejo três paradigmas filosóficos enquanto método. Primeiro, a metafísica ontológica, que remonta até Kant. Segundo, a filosofia como consciência transcendental do Sujeito. Terceiro, a filosofia enquanto semiótica transcendental. Neste caso, ela contém uma pragmática transcendental da linguagem, que exigiria ser explicitada. No século XX, estamos assistindo à entrada da filosofia nesse terceiro paradigma, que deve servir de base para a fundamentação da filosofia teórica e da ética. Como projeto, penso que a estética também necessita ser reformulada do ponto de vista de uma semiótica transcendental. Na transição do primeiro para o segundo paradigma, a filosofia radicalizou a indagação sobre as condições de possibilidade do conhecimento. Do segundo para o terceiro, a radicalização atingiu a questão da linguagem como condição transcendental da produção do conhecimento. A definição de proposições dotadas ou não de sentido constitui a definição da reflexão do nosso século.

A técnica marca as principais transformações globais deste final de século. A humanidade caminha para a tecno-socialidade ou para um novo estágio da tecno-alienação?

Apel - A técnica não tem condições de prover socialização por si só, pois esta tem uma condição comunicativa irreduzível ao aspecto técnico. Vejo uma complementação entre as lógicas da técnica e da comunicação. A técnica estabelece relações de sujeito e objeto. A comunicação não se reduz a isso. A técnica pode servir à comunicação, ao entendimento entre os homens e ao favorecimento da socialização. Em contrapartida, ela é capaz também de gerar alienação e uma zona de perigos. O que fazer diante dessa duplicidade? Não deveríamos demonizar a técnica, mas sim reconhecer a sua ambivalência. No desafio da comunicação entre as culturas, como quando se trata de elaborar critérios de justiça para todos, da cooperação e da busca de soluções para os grandes problemas da humanidade, a técnica já está prestando uma ajuda imensa. Basta pensar no papel da mídia. Ao mesmo tempo, os riscos de distorção nas relações de subjetividade existem. Os avanços das comunicações em rede, a Internet, levam-me a pensar em novas tarefas espirituais. Tenho a intuição de que ao crescimento das informações corresponde uma maior necessidade de estabelecer parâmetros para determinar o que é importante. Há o perigo da sedução do usuário pela quantidade.

O que o separa fundamentalmente de Habermas?

Apel - Temos algo em comum. Enfatizamos a necessidade da razão comunicativa. Criticamos a racionalidade cientificista e a racionalidade estratégica. Não as negamos, mas acreditamos que devam ser complementadas pela racionalidade comunicativa. Diferimos em outros pontos, principalmente depois da publicação do último livro de Habermas, *Fatigada e*

validade. A nossa diferença maior reside nas concepções que temos a respeito da relação entre a filosofia e as ciências sociais críticas da realidade. Mantenho a minha convicção de que existe uma diferença transcendental entre as ciências empíricas e a filosofia, assim como são diferentes as formas de verificação dos conhecimentos produzidos. Não compartilho com Habermas a continuidade entre a filosofia e a teoria social crítica, concepção que ele herdou dos seus mestres da primeira geração da Escola de Frankfurt. Prefiro falar em relação de cooperação. Habermas acha que temos de verificar empiricamente nossos pressupostos se quisermos entrar num discurso argumentativo. Isso é absurdo. Não vejo tampouco como seria possível validar empiricamente as quatro pretensões de validade formuladas por Habermas: quanto ao sentido, à verdade, à veracidade e à relevância em termos morais. Tal tentativa gera falsificação e contradição performativa. Trabalho isso, em texto, na perspectiva de *Pensar com Habermas contra Habermas* ■

Kiyotei (www) (kiyotei@sierra.net)



que a Retórica constitua-se na Teoria da Argumentação. "Teoria da Argumentação e Retórica Kantiana" da Teoria da Comunicação e Traduzido para português no campo de 1993 e "The Logic of Argumentation in Kantian Theory of Communication" (1994).

Professor de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, no Brasil. Atualmente trabalha em